

***MATRIZ DE INDICADORES
PARA O PROTOCOLO VERDE***

FEBRABAN
Federação Brasileira de Bancos

Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

São Paulo, Dezembro/2010

Princípio I

Oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e o uso sustentável do meio ambiente, observadas as seguintes diretrizes:

a) Aprimorar continuamente a oferta de produtos e serviços bancários destinados a promover projetos que apresentem adicionalidades socioambientais

b) Oferecer condições diferenciadas de financiamento para projetos que apresentem adicionalidades socioambientais

c) Orientar o tomador de crédito para a adoção de práticas sustentáveis de produção e consumo consciente

INDICADOR 1: PRODUTOS E SERVIÇOS SOCIOAMBIENTAIS

1. A instituição desenvolve e aprimora produtos e serviços que apresentam adicionalidades socioambientais?

Sim

Não

1.1. Caso afirmativo, indique quais produtos e serviços que apresentam adicionalidades socioambientais são oferecidos pela instituição:

Observação: a alternativa Não se Aplica (N/A) deverá ser assinalada caso o banco não atue nesta área.

PRODUTOS E SERVIÇOS	Sim (Liste os produtos)	Não	N/A
Produtos e serviços que fomentem a inclusão bancária da população de <u>baixa renda</u>			
<u>Microcrédito produtivo orientado</u>			
Poupança, seguro e transferências destinados a <u>baixa renda</u> (outros produtos de microfinanças)			
Produtos e serviços financeiros adequados às demandas e necessidades socioambientais das comunidades (ou associações) locais e/ou entidades representativas.			
Programa de financiamento que fomentem o <u>empreendedorismo</u>			
Linhas de financiamento ou produtos com foco socioambiental concedidos em <u>condições diferenciadas</u> de acordo com o risco socioambiental do cliente			
Produtos que contribuam especificamente para a conservação da <u>biodiversidade</u> , <u>gestão dos recursos hídricos</u> , <u>gestão de florestas</u> , <u>recuperação de áreas degradadas/contaminadas</u> e/ou para mitigação dos efeitos das <u>mudanças climáticas</u>			
<u>Fundos de investimento com critérios socioambientais</u> formalmente estabelecidos para definição da carteira			
Produtos e serviços que considerem e/ou incentivem boas práticas de <u>governança corporativa</u> nas empresas (ex. fundos de investimento que investem em empresas com níveis diferenciados de governança corporativa, condições diferenciadas de financiamento para empresas com boas			

práticas de governança corporativa)			
<u>Seguro ambiental</u>			
Outros			

2. A instituição tem metas de ampliação de vendas de seus produtos e serviços que apresentam adicionalidades socioambientais?

Sim

Não

2.1. Caso afirmativo, a instituição tem procedimentos formais que vinculam as metas de crescimento das vendas destes produtos à remuneração variável da força de venda e dos demais envolvidos?

Sim

Não

3. A instituição monitora os resultados financeiros dos produtos que apresentam adicionalidades socioambientais?

Sim

Não

4. Com relação a produtos que possam apresentar adicionalidades socioambientais, a instituição tem metas para:

Desenvolvimento de novos produtos

Revitalização dos produtos já existentes

5. A instituição monitora e responde as reclamações fundamentadas (SAC/Ouvidoria/BACEN/PROCON/outros) relacionadas aos produtos e serviços oferecidos que apresentam adicionalidades socioambientais?

Sim

Não

5.1. Caso afirmativo, a instituição possui ações efetivas previstas para melhorar os indicadores de reclamações?

Sim, liste as ações implementadas no último ano: _____

Não

6. Assinale as práticas adotadas pela instituição para medir a efetividade e os impactos positivos ou negativos de seus produtos e serviços de atacado e *middle market* que apresentam adicionalidades socioambientais junto aos clientes e/ou comunidades de entorno do cliente:

Monitoramento com indicadores específicos

Visitas de campo

Auditorias externas

- Outras _____
- Não mede
- Não aplicável (apenas para instituições que não atuam nesse segmento)

6.1. Caso a instituição monitore utilizando indicadores específicos, estes são construídos por meio de um processo participativo e de engajamento com:

- Clientes
- Comunidade de entorno
- Órgãos ambientais
- Instituições financeiras
- Sociedade civil organizada
- Outros _____
- Não monitora com indicadores específicos

7. Assinale as práticas adotadas pela instituição para medir a efetividade e os impactos positivos ou negativos de seus produtos e serviços de varejo que apresentam adicionalidades socioambientais junto aos clientes e/ou comunidades de entorno do cliente:

- Monitoramento com indicadores específicos
- Visitas de campo
- Auditorias externas
- Outras _____
- Não mede
- Não aplicável (apenas para instituições que não atuam nesse segmento)

7.1. Caso a instituição monitore utilizando indicadores específicos, estes são construídos por meio de um processo participativo e de engajamento com:

- Clientes
- Comunidade de entorno
- Órgãos ambientais
- Instituições financeiras
- Sociedade civil organizada
- Outros _____
- Não monitora com indicadores específicos

Considerações e detalhamentos adicionais:

INDICADOR 2: ORIENTAÇÃO AO CLIENTE

8. Selecione as práticas adotadas pela instituição para informar e orientar o cliente com relação a produtos com adicionalidades socioambientais:

- Divulgação das condições praticadas em todas as fases do relacionamento comercial (varejo) referente aos seus produtos e serviços (tarifas, juros, prazos, custo efetivo total da operação), bem como eventuais alterações nessas condições
- Divulgação das condições gerais e especiais da relação contratual, bem como os riscos inerentes a cada operação, através de um contrato que tenha uma linguagem acessível das informações para que o cliente tenha um bom entendimento do produto e serviço
- Pesquisa de satisfação do cliente pós-venda orientada por procedimentos formais que atendam as demandas específicas de clientes
- Clareza e completude da informação nos materiais de propagandas e meios de comunicação
- Outros _____

9. A instituição oferece para seus clientes:

INICIATIVAS	Pessoa Jurídica			Pessoa Física		
	Sim	Não	N/A	Sim	Não	N/A
Programas de uso consciente do crédito						
Programa de incentivo para a realização de investimentos ou projetos que apresentam adicionalidades socioambientais						
Consultoria financeira para adequar os produtos e serviços às necessidades dos clientes						
Programas de educação financeira (como noções básicas de financiamento, crédito, poupança etc. e suas implicações, benefícios e riscos) e planejamento financeiro						
Outros						

Considerações e detalhamentos adicionais:

Princípio II

Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos, tendo por base as políticas internas de cada instituição e as seguintes diretrizes:

a) Observar no financiamento de projetos potencialmente causadores de significativa degradação ao meio ambiente a apresentação por parte do tomador do crédito das licenças ambientais exigidas pela legislação vigente

b) Incorporar critérios socioambientais ao processo de análise para concessão de financiamento de projetos, considerando a magnitude de seus potenciais impactos e riscos e a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias

c) Considerar nas análises de crédito para financiamento de projetos as recomendações e restrições de zoneamento agro-econômico ou, preferencialmente, do zoneamento ecológico-econômico, quando houver e forem de conhecimento público

d) Aplicar padrões de desempenho socioambientais por setor produtivo para avaliação de projetos de médio e alto impactos negativos

INDICADOR 3: RISCO SOCIOAMBIENTAL NA AVALIAÇÃO DE CRÉDITO

1. A instituição possui uma política e/ou procedimentos formais de avaliação de risco socioambiental de projetos?

- Sim, possui política
- Sim, possui procedimentos formais
- Não

1.1 Caso afirmativo, indique quais dos temas abaixo estão contemplados nesta política e/ou nos procedimentos formais:

Tema	Política	Procedimentos Formais	Não Possui
MEIO AMBIENTE			
<u>Mudanças climáticas</u>			
<u>Biodiversidade</u>			
<u>Uso racional de recursos naturais</u>			
<u>Conformidade legal</u>			
SOCIEDADE			
<u>Direitos humanos</u>			
<u>Direitos coletivos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais</u>			
Direitos das comunidades do entorno			
Aquisição de terras e reassentamento involuntário			
Preservação de patrimônio cultural/histórico/arqueológico			
Incentivo à arte/cultura			
<u>Valorização da Diversidade</u>			

Relações trabalhistas			
Saúde e segurança ocupacional			
<u>Transparência das informações</u>			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
Inovações e Pesquisa			
Outros _____			

2. A instituição possui uma política e/ou procedimentos formais de avaliação de risco socioambiental de clientes?

- Sim, possui política
- Sim, possui procedimentos formais
- Não

2.1. Caso afirmativo, indique quais dos temas abaixo estão contemplados nesta política e/ou nos procedimentos formais:

Tema	Política	Procedimentos Formais	Não Possui
MEIO AMBIENTE			
<u>Mudanças climáticas</u>			
<u>Biodiversidade</u>			
<u>Uso racional de recursos naturais</u>			
<u>Conformidade legal</u>			
SOCIEDADE			
<u>Direitos humanos</u>			
<u>Direitos coletivos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais</u>			
Direitos das comunidades do entorno			
Aquisição de terras e reassentamento involuntário			
Preservação de patrimônio cultural/histórico/arqueológico			
Incentivo à arte/cultura			
<u>Valorização da Diversidade</u>			
Relações trabalhistas			
Saúde e segurança ocupacional			
<u>Transparência das informações</u>			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
Inovações e Pesquisa			
Outros			

Para as perguntas 3, 4 e5, utilizar a legenda abaixo:

Legenda	Instrumentos
PS	<u>Política Setorial</u>
PF	<u>Procedimentos Formais</u>
QA	Questionário de Avaliação de risco socioambiental
VD	Verificação documental

VC	Visita de Campo
AI	Auditoria Interna
AE	Auditoria Externa
DS	Diálogo com <i>Stakeholders</i>
MO	Monitoramento
PA	<u>Plano de Ação</u>
NDA	<u>Nenhuma das Anteriores</u>
N/A	<u>Não se Aplica</u>

3. Indique os instrumentos utilizados para avaliação dos riscos socioambientais na análise de crédito, de acordo com os setores abaixo:

ATIVIDADE	PS	PF	QA	VD	VC	AI	AE	DS	MO	PA	NDA	N/A
Agricultura (culturas de cana de açúcar, soja, entre outros)												
Pecuária, Avicultura e Suinocultura												
Pesca e Aquicultura												
Construção Civil (Habitação)												
Hotelaria e Turismo												
Comércio Varejista												
Indústria Alimentícia e Bebidas												
Manejo Florestal e Silvicultura												
Geração e Transmissão de Energia												
Distribuição de Energia												
Mineração												
Indústria de Papel e Celulose												
Petróleo e Gás												
Químico e Petroquímico												
Siderurgia e Metalurgia												
Infraestrutura e transporte												
Saneamento básico												
Outros setores _____												

4. Indique os instrumentos utilizados para avaliação dos riscos socioambientais na análise de crédito, de acordo com o valor concedido e/ou projeto aprovado:

Obs. Os valores abaixo incluem transações de repasse de linhas de crédito

Valor concedido/Projeto Aprovado	PF	QA	VD	VC	AI	AE	DS	MO	PA	NDA	N/A
Superior a R\$ 10 milhões (incluindo <i>Project Finance</i>)											
Entre R\$ 5 e 10 milhões											
Entre R\$ 1 e 5 milhões											
Entre R\$ 500 mil e R\$1											

milhão												
Entre R\$ 350 mil e R\$500 mil												
Inferior a R\$ 350 mil												

5. Indique os instrumentos utilizados para avaliação dos riscos socioambientais na análise de crédito, de acordo com o perfil do cliente:

Cliente	PF	QA	VD	VC	AI	AE	DS	MO	PA	NDA	N/A
Pessoa Jurídica											
• Atacado											
• <i>Middle Market</i>											
• Varejo											
Pessoa Física											

6. A instituição inclui a avaliação de risco socioambiental como uma variável na composição do *rating* do cliente e/ou projeto de financiamento?

Sim

Não

7. O risco socioambiental é considerado para efeito de provisionamento do financiamento?

Sim

Não

8. A instituição inclui em seus instrumentos de concessão de crédito cláusulas contratuais relacionadas a aspectos socioambientais?

Sim

Não

8.1. Caso afirmativo, indique quais cláusulas são utilizadas.

Plano de Ação (medidas compensatórias/ reparatórias)

Restrições para novas operações

Atraso/suspensão de novos desembolsos

Vencimento antecipado do contrato

Repactuação de forma de pagamento

Outros desdobramentos _____

9. A instituição inclui em seus instrumentos de concessão de crédito cláusulas contratuais referentes ao cumprimento das Resoluções do CMN que abordam os aspectos socioambientais:

Sim

Não

9.1. Caso afirmativo, indique quais cláusulas são utilizadas:

Restrições para novas operações

- Atraso/suspensão de novos desembolsos
- Vencimento antecipado do contrato
- Repactuação de forma de pagamento
- Outros desdobramentos: _____

10. A instituição inclui em seus instrumentos de concessão de crédito sanções contratuais pelo não cumprimento das condicionantes nos licenciamentos ambientais?

- Sim
- Não

11. A política e/ou procedimentos formais da instituição contemplam restrição de operações financeiras com pessoas físicas ou jurídicas condenadas em última instância pelas práticas de:

- Corrupção e/ou suborno
- Discriminação (sexual / racial / orientação sexual / orientação religiosa / outros)
- Lavagem de dinheiro
- Sonegação de impostos
- Crime ambiental
- Outros _____
- Não possui política ou procedimento formal

12. A política e/ou procedimentos formais da instituição contemplam a restrição de operações financeiras com pessoas físicas ou jurídicas incluídas no Cadastro de Empregadores previsto na Portaria n 540/2004 do MTE, referente ao trabalho forçado ou análogo ao escravo?

- Sim
- Não

13. Assinale as alternativas que correspondem às praticas da instituição em relação a propriedades/ativos de clientes recebidos como garantia ou que sejam objeto de financiamento:

Utilizar a legenda:

LA	<u>Licenças Ambientais</u>
APP	<u>Área de Preservação Permanente</u>
RL	<u>Reserva Legal</u>
<u>RI</u>	Reserva Indígena
AC	<u>Áreas contaminadas</u>
AD	<u>Áreas degradadas</u>
AE	<u>Áreas embargadas</u>
AS	<u>Sítios Arqueológicos</u>
UC	<u>Unidades de Conservação</u>
TAC	<u>Sanções e Termo de ajustamento de conduta (TAC)</u>
ZEE	<u>Zoneamento Ecológico-Econômico</u>
ZAG	Zoneamento Agro econômico
ZU	Zoneamento Urbano
PHC	Bens tombados como patrimônio histórico e cultural

AÇÕES	LA	APP	RL	RI	AC	AD	AE	AS	UC	TAC	ZEE	ZAG	ZU	PHC
-------	----	-----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	----	-----

Analisa para as concessões de crédito														
Analisa para recebimento de garantia														
Analisa para emissão de carta de fiança														
Provisiona os eventuais passivos de acordo com Deliberação CVM nº 489														
Financia a regularização dos passivos existentes														
Acompanha periodicamente a carteira existente														
Condiciona desembolso ou vencimento antecipado à regularização do passivo (mesmo que não financiado)														
Outras _____														

14. Com relação a certificações socioambientais de produtos, serviços e empreendimentos dos clientes, a instituição:

- Verifica se o cliente é certificado
- Incentiva a obtenção
- Considera na avaliação da concessão de crédito
- Concede condições de crédito diferenciadas pela existência da certificação
- Não considera certificações

15. A instituição avalia os resultados da aplicação das políticas e/ou procedimentos formais para análise de risco socioambiental de projetos e/ou clientes?

- Sim
- Não

Considerações e detalhamentos adicionais:

INDICADOR 4: CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS NOS NEGÓCIOS

16.A instituição é signatária de acordos voluntários do setor financeiro:

Acordos Voluntários	Sim	Não	N/A
<u>Princípios do Equador</u>			
<u>Princípios de Investimento Responsável (PRI)</u>			
<u>UNEP-FI</u>			
<u>Carbon Disclosure Project (CDP)</u>			
<u>Climate Principles</u>			
Outros _____			

17. Indique para que outras operações e atividades relacionadas abaixo (além do crédito) a instituição possui políticas e/ou procedimentos formais que contemplam critérios socioambientais:

ÁREAS	Sim, para todas as operações	Sim, para parte das operações	Não	N/A
<u>Administração de Recursos de Terceiros (Asset Management)</u>				
<u>Investimento privado (Private Equity)</u>				
<u>Mercado de capitais (ofertas públicas de títulos e valores mobiliários) e Fusões e Aquisições (M&A)</u>				
<u>Pesquisa de empresas (Equity Research)</u>				
<u>Tesouraria</u>				
<u>Comércio Exterior</u>				
<u>Private Bank (Wealth Management)</u>				
<u>Seguros</u>				
Outros _____				

18. Indique os instrumentos utilizados para avaliar os impactos socioambientais nas seguintes áreas:

Utilizar a legenda:

Legenda	Instrumentos
QA	Questionário de Avaliação Socioambiental
VD	Verificação Documental
RP	Reunião presencial com cliente e Visita de Campo
AE	Auditoria Externa
AI	Auditoria Interna
DS	Dialogo com <i>Stakeholder</i>
MO	Monitoramento
NDA	Nenhuma das Anteriores
N/A	Não se Aplica

ÁREAS	QA	VD	RP	AE	AI	DS	MO	NDA	N/A
<u>Administração de Recursos de Terceiros (Asset Management)</u>									

Investimento privado (<i>Private Equity</i>)									
Mercado de capitais (ofertas públicas de títulos e valores mobiliários) Fusões e Aquisições (M&A)									
Pesquisa de empresas (<i>Equity Research</i>)									
Tesouraria									
Comércio Exterior									
Private Bank (<i>Wealth management</i>)									
Seguros									
Outros									

19. A instituição avalia os resultados da aplicação das políticas e/ou procedimentos formais para análise dos critérios socioambientais nas demais áreas de negócio da instituição?

Sim

Não

Considerações e detalhamentos adicionais:

Princípio III

Promover o consumo consciente de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos observadas as seguintes diretrizes:

- a) Definir e contemplar critérios socioambientais nos processos de compras e contratação de serviços
- b) Racionalizar procedimentos operacionais visando promover a máxima eficiência no uso dos recursos naturais e de materiais deles derivados
- c) Promover medidas de incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos

INDICADOR 5: PROCESSOS INTERNOS

1. A instituição possui uma política corporativa de responsabilidade socioambiental que trate da incorporação de princípios da sustentabilidade na gestão de seus processos internos?
 Sim
 Não
2. Indique quais temas são contemplados na política corporativa e/ou procedimentos formais da instituição:

TEMAS	Política Corporativa	Procedimentos Formais	Não Possui
Uso de recursos naturais			
<u>Mudanças Climáticas</u>			
<u>Biodiversidade</u>			
<u>Direitos humanos</u>			
Relações trabalhistas			
Saúde e Segurança do Trabalho			
<u>Valorização da Diversidade</u>			
<u>Transparência</u> de informações			
<u>Governança Corporativa</u>			
<u>Combate à corrupção e sonegação fiscal</u>			
Outros: _____			

3. Indique qual o percentual das unidades da instituição que possuem as certificações abaixo:

Certificações	Não possui	Unidades de atendimento		Unidades de Apoio (TI, CPD, Gráficas)		Unidades Administrativas	
		<30%	>30%	<30%	>30%	<50%	> 50%
<u>ISO 9000</u>							
<u>ISO 14000</u>							
<u>LEED</u>							
<u>SA 8000</u>							
<u>AA1000</u>							
<u>OHSAS 18000</u>							
<u>AQUA</u>							
<u>EDIFICA</u>							
<u>NBR 16000</u>							
Outras _____							

Considerações e detalhamentos adicionais:

INDICADOR 6: COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

4. A instituição possui uma política e/ou procedimentos formais de compras que consideram aspectos socioambientais na seleção e desenvolvimento de fornecedores de bens e serviços?

- Sim, possui política
- Sim, possui procedimentos formais
- Não

4.1. Caso afirmativo, indique quais temas são abordados por esta política e/ou procedimentos formais:

TEMAS	Política	Procedimentos Formais	Não Possui
Recursos Naturais			
Combate à corrupção e sonegação fiscal			
<u>Mudanças Climáticas</u>			
<u>Biodiversidade</u>			
<u>Direitos humanos</u>			
Relações trabalhistas			
<u>Valorização da Diversidade</u>			
<u>Transparência das informações</u>			
<u>Saúde e Segurança Ocupacional</u>			
<u>Conformidade com a legislação</u>			
Outros: _____			

4.2. Caso afirmativo, existem procedimentos formais estabelecidos para:

- Monitorar a gestão socioambiental dos fornecedores
- Estimular seus fornecedores a adotarem políticas e procedimentos formais de melhores práticas socioambientais
- Incentivar seus fornecedores a buscar certificação socioambiental de seus produtos ou serviços
- Fomentar a inclusão de pequenos empreendedores na sua rede de fornecedores
- Fornecer incentivos econômicos e/ou financeiros para que os fornecedores adotem melhores práticas socioambientais
- Selecionar seus fornecedores tendo em vista suas práticas socioambientais
- Descontinuar contratos de fornecedores em função do não cumprimento de obrigações socioambientais
- Nenhuma das anteriores

4.3. Caso afirmativo, Indique para que valor de contrato com fornecedores estes procedimentos formais são estabelecidos:

- Superior a R\$ 10 milhões
- Entre R\$ 5 e 10 milhões
- Entre R\$ 1 e 5 milhões
- Inferior a R\$ 1 milhão

5. A Instituição exige a certificação ambiental na compra de produtos?

- Sim, liste: _____
- Não

Considerações e detalhamentos adicionais:

INDICADOR 7: ECOEFICIÊNCIA

6. Indique as ações de ecoeficiência desenvolvidas pela instituição que visam à redução do consumo de recursos/insumos:

Unidade de Apoio:

AÇÕES	Água	Energia Elétrica	Combustível fóssil	Papel	Plástico
Monitoramento sistemático e regular do consumo					
Metas de redução com indicadores específicos					
Planos de ação para alcançar metas					
Nenhuma ação					

Unidades de atendimento:

AÇÕES	Água	Energia Elétrica	Combustível fóssil	Papel	Plástico
Monitoramento sistemático e regular do consumo					
Metas de redução com indicadores específicos					
Planos de ação para alcançar metas					
Nenhuma ação					

Unidades Administrativas:

AÇÕES	Água	Energia	Combustível	Papel	Plástico
-------	------	---------	-------------	-------	----------

		Elétrica	fóssil		
Monitoramento sistemático e regular do consumo					
Metas de redução com indicadores específicos					
Planos de ação para alcançar metas					
Nenhuma ação					

7. Indique as práticas da instituição em relação a redução do uso/descarte adequado de resíduos sólidos:

AÇÕES	Tonner e cartucho de Impressora	Lixo Eletrônico	Materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro)	Resíduos Perigosos	Resíduos Orgânicos
<u>Plano de Gerenciamento de Resíduo</u>					
<u>Monitoramento sistemático e regular</u>					
<u>Metas de redução com indicadores específicos</u>					
Planos de ação para alcance das metas					
Nenhuma ação					

8. Assinale as ações da instituição relacionadas às Mudanças Climáticas:

- Elabora inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) considerando as emissões diretas utilizando metodologias internacionalmente aceitas (ex. *GHG Protocol*)
- Elabora inventário de emissões de GEE considerando as emissões indiretas, incluindo as emissões de fornecedores utilizando metodologias internacionalmente aceitas (ex. *GHG Protocol*)
- Elabora inventário de emissões de GEE considerando emissões indiretas, incluindo as emissões de operações financiadas utilizando metodologias internacionalmente aceitas (ex. *GHG Protocol*)
- Possui metas de redução de emissões de GEE
- Implementa ações de redução de emissões diretas de GEE
- Respondeu ao questionário do Carbon Disclosure Project (CDP)
- Nenhuma das anteriores

9. A instituição tem programas implementados para adoção ou ampliação do uso de:

- Energia renovável (ex. fotovoltaica)
- Água de Reuso e/ou pluvial
- Material reciclado
- Materiais com certificação socioambiental (ex. certificação florestal, comércio justo)
- Reutilização de outros materiais
- Equipamentos eletroeletrônicos com baixo consumo de energia

Outros _____

10. A instituição tem procedimentos formais que consideram critérios socioambientais em suas construções e/ou reformas?

- Sim, para todas as construções e/ou reformas
- Sim, para algumas construções e/ou reformas
- Não

Considerações e detalhamentos adicionais:

Princípio IV

Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição observadas as seguintes diretrizes

- a) Capacitar o público interno para desenvolver as competências necessárias à implementação dos princípios e diretrizes deste protocolo
- b) Desenvolver mecanismos de consulta e diálogo com as partes interessadas
- c) Divulgar os resultados da implementação dos princípios e diretrizes estabelecidos neste protocolo

INDICADOR 8: ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

1. A instituição tem política/procedimentos formais que oriente o relacionamento com suas partes interessadas, buscando engajá-las em suas atividades e decisões?

- Sim
- Não

2. Indique em quais situações a instituição engaja suas partes interessadas:

- Prestação de contas (ex. Relatório de Sustentabilidade e outros materiais de comunicação)
- Criação/revisão de políticas
- Avaliação de produtos / serviços já desenvolvidos
- Planejamento de novos produtos e serviços
- Melhoria de processos
- Parcerias institucionais
- Oportunidade de inovação e criação de valor
- Outros _____
- Nenhuma das anteriores

2.1. Caso afirmativo, existem procedimentos formais que assegurem o acolhimento, registro e avaliação dos resultados desse engajamento nas atividades da instituição?

- Sim
- Não

3. Assinale abaixo os meios que a instituição disponibiliza para o acolhimento, registro e resposta de demandas de partes interessadas:

- Oficinas de Engajamento
- Ouvidoria
- Ombudsman
- Redes Sociais

Outros _____

4. Indique os mecanismos e ações realizadas pela instituição que atendam as demandas específicas de partes interessadas:

Partes Interessadas	Canais de comunicação	Procedimentos formais que garantam registro, encaminhamento e resposta as demandas	Utiliza esses registros para melhoria de processos internos	Não realiza ações
Público interno				
<u>Fornecedores</u>				
<u>Clientes e Consumidores</u>				
Comunidade local				
Acionistas				
Governo				
Sociedade civil organizada				
Outros				

5. A instituição realiza diálogos e considera, na sua tomada de decisão, as demandas da sociedade civil e comunidades locais, ao financiar/investir em projetos de potencial significativo impacto socioambiental?

Sim

Não

5.1. Caso afirmativo, os diálogos fazem parte de:

Políticas da instituição

Procedimentos internos da instituição

Não adota políticas nem procedimentos internos

Considerações e detalhamentos adicionais:

INDICADOR 9: CAPACITAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO

6. Indique o percentual de público interno capacitados nos seguintes temas:

	N/A	Não possui	Nenhum	≤ 50%	> 50%
Todos o público interno da instituição					

Política corporativa socioambiental					
Educação financeira pessoal					
Compromissos socioambientais voluntários gerais (Ex. Protocolo Verde, Pacto Global)					
Programas de <u>ecoeficiência</u> da instituição, conscientização e educação ambiental					
Público interno de área específica relacionada ao tema					
Política e procedimento de análise de risco socioambiental					
Atualizações sobre legislação socioambiental e normatizações do BCB					
Produtos e serviços que apresentam <u>adicionalidades socioambientais</u>					
Políticas e procedimentos formais socioambientais em outras linhas de negócio (Ex. Gestão de recursos de terceiros, Investimento Privado, Mercado de Capitais e Fusões e Aquisições, Pesquisa de Empresas, Tesouraria, Comercio Exterior, <i>Private Bank</i> , Seguros, outros)					
<u>Políticas</u> de compras					
Compromissos socioambientais voluntários específicos (<u>Princípios do Equador</u> , <u>PRI</u>)					
Orientação aos clientes sobre o melhor uso dos produtos e serviços oferecidos pela instituição					

7. Os funcionários obtêm reconhecimento e remuneração adicional (reajustes salariais diferenciados, bônus, prêmios) orientados por metas de desempenho socioambiental da instituição?

- Sim
 Não

Considerações e detalhamentos adicionais:

INDICADOR 10: DIVULGAÇÃO

8. A instituição divulga as respostas desta matriz de indicadores do Protocolo Verde?

- Sim, em parte
 Sim, em parte delas com verificação externa
 Sim, na íntegra
 Sim, na íntegra com verificação externa
 Não

9. Indique quais instrumentos são divulgados publicamente pela instituição:

INSTRUMENTO	Sim	Não	Não possui
<u>Política</u> corporativa socioambiental ou de sustentabilidade			
<u>Política</u> socioambiental de risco/crédito			
Questionário socioambiental de análise de crédito			
<u>Políticas</u> socioambientais setoriais de crédito			
<u>Políticas</u> socioambientais em outras linhas de negócio			
<u>Políticas</u> de compras			
<u>Políticas</u> de engajamento com <u>partes interessadas</u>			
Políticas de combate à corrupção e sonegação fiscal			
Políticas de transparência e ética adotadas pela instituição			
Outros			

10. Indique as práticas da instituição no que se refere à divulgação da evolução qualitativa e/ou quantitativa dos resultados referentes ao Protocolo Verde:

Informações	Sim , evolução qualitativa	Sim , evolução quantitativa	Não Divulga	Não possui
Oferta de produtos e serviços socioambientais				
Oferta de linhas diferenciadas de financiamentos				
Programas de educação financeira para clientes				
Programas com <u>fornecedores</u>				
Ações de <u>ecoeficiência</u> da instituição				
Ações para redução de emissões de <u>GEE</u>				
Programas de <u>engajamento</u> com <u>partes interessadas</u>				
Gestão de riscos socioambientais de financiamentos e investimentos				
Outros				

11. Indique as práticas da instituição no que se refere à divulgação da evolução das seguintes informações relativas aos financiamentos:

Informações	Sim , <u>evolução qualitativa</u>	Sim , evolução quantitativa	Não Divulga	Não possui
Total financiado				
Total financiado por região				
Total financiado por setor				
Total financiado por segmento				
Total de financiamentos recusados devido a critérios socioambientais negativos				
Total de análises socioambientais por ano				
Total financiado com critérios socioambientais				
Outros				

12. Indique as práticas da instituição no que se refere à divulgação das informações referentes aos projetos financiados dentro do segmento *Project Finance* (se aplicável):

Informações	Sim	Não divulga	Não se Aplica
Categoria (classificação de risco) e número de projetos revisados por setor e região			
Número de projetos rejeitados			
Total de projetos aprovados			
Casos emblemáticos que demonstram metodologia da aplicação dos Princípios do Equador			
Diálogos com a sociedade civil para discussão dos referidos projetos (audiências públicas, etc.)			
Mecanismos de reclamação disponíveis para uso das comunidades afetadas			
<u>Plano de ação</u> e mitigação por projeto			
Relatórios de auditorias externas			
Outros _____			

13. A instituição publica regularmente Relatório de Sustentabilidade?

- Sim, como publicação independente
- Sim, como parte integrante do Relatório Anual
- Não

13.1. Caso afirmativo, este relatório é elaborado:

- Seguindo padrões internacionalmente aceitos (ex. GRI)
- Considerando os diálogos com partes interessadas
- Verificado por uma terceira parte
- Nenhuma das anteriores

14. A instituição estimula as partes interessadas a divulgarem suas informações socioambientais?

- Não
- Sim, seus clientes
- Sim, seus fornecedores
- Outros _____

15. Selecione as práticas adotadas pela instituição para informar e orientar o cliente sobre os produtos e serviços em geral:

- Divulgação das condições praticadas em todas as fases do relacionamento comercial (varejo) referente aos seus produtos e serviços (tarifas, juros, prazos, custo efetivo total da operação), bem como eventuais alterações nessas condições
- Divulgação das condições gerais e especiais da relação contratual, bem como os riscos inerentes a cada operação, através de um contrato que tenha uma linguagem acessível das informações para que o cliente tenha um bom entendimento do produto e serviço

- Pesquisa de satisfação do cliente pós-venda orientada por procedimentos formais que atendam as demandas específicas de clientes
- Clareza e completude da informação nos materiais de propagandas e meios de comunicação
- Outros _____

Considerações e detalhamentos adicionais:

Princípio V

Promover a cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias deste protocolo, observadas as seguintes diretrizes:

- a) Promover o envolvimento dos signatários para o compartilhamento de experiências, acompanhamento da efetividade e governança dos princípios e diretrizes deste protocolo, bem como propor melhorias no seu processo de implementação
- b) Realizar, a cada dois anos, a revisão dos princípios e diretrizes para o contínuo aperfeiçoamento deste protocolo

INDICADOR 11: IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO VERDE

1. A instituição é signatária do Protocolo Verde?

- Sim
- Não

1.1. Se afirmativo, a instituição possui procedimento formal para adoção dos princípios do Protocolo Verde?

- Sim
- Não

2. Como a instituição avalia sua aderência aos princípios do Protocolo Verde?

Princípios	Totalmente aderente	Parcialmente Aderente	Pouco Aderente	Não aderente
Princípio I				
Princípio II				
Princípio III				
Princípio IV				
Princípio V				

3. Indique as atividades desenvolvidas pela instituição para a implementação do Protocolo Verde:

Princípios	Planos de ação	Monitoramento sistemático e regular	Metas	Remuneração variável atrelada as metas	Nenhuma ação
Princípio I					
Princípio II					
Princípio III					
Princípio IV					
Princípio V					

4. A instituição possui uma estrutura de governança responsável pela condução das atividades relacionadas ao Protocolo Verde?

- Sim
- Não

4.1 Caso afirmativo, a estrutura de governança prevê:

- Conselho consultivo
- Comitê gestor
- Comitês técnicos
- Orçamento próprio
- Outros _____

5. A instituição inclui o Protocolo Verde em seu código de ética?

- Sim
- Não

6. A instituição participa e/ou promove regularmente de atividades e compartilhamento de experiências promovidas no âmbito do Protocolo Verde?

- Sim
- Não

6.1 Caso afirmativo, indique de quais atividades a instituição participa:

- Discussões para padronização dos conceitos e posicionamentos
- Rede para troca de experiências e compartilhamento de boas práticas
- Fóruns de discussão de temas específicos
- Oficinas de trabalho para elaboração de documentos de interesse comum
- Projetos em parceria com outras instituições financeiras
- Banco de dados de boas práticas
- Publicação de boas práticas
- Treinamentos sobre temas relacionados
- Outros _____

7. A instituição participa e/ou promove do processo de revisão dos princípios do Protocolo Verde?

- Sim
- Não

7.1. Caso afirmativo, indique quais partes interessadas são incluídas neste processo:

- Governo
- Sociedade civil
- Comunidades locais
- Clientes
- Fornecedores
- Acionistas
- Público interno
- Outros _____

8. A instituição presta contas sobre a implementação efetiva dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo Verde, por meio da divulgação pública de relatórios periódicos de acompanhamento?
- Sim
- Não
9. A instituição criou individualmente ou em conjunto com outras instituições um mecanismo independente para receber e responder a reclamações de diferentes partes interessadas relacionadas ao Protocolo Verde?
- Sim
- Não

Considerações e detalhamentos adicionais:

As perguntas abaixo são destinadas a FEBRABAN:

1. A FEBRABAN incentiva a adesão de novas instituições financeiras ao Protocolo verde?
- Sim
- Não
- 1.1. Caso afirmativo, assinale as ações que são desenvolvidas:
- Materiais informativos
- Diálogos presenciais
- Outros _____
2. A FEBRABAN promove atividades que visam à efetiva implementação do Protocolo Verde?
- Sim
- Não
- 2.1. Caso afirmativo, indique quais atividades são promovidas:
- Treinamentos sobre temas relacionados
- Discussões para padronização dos conceitos e posicionamentos
- Rede para troca de experiências e compartilhamento de boas práticas
- Fóruns de discussão de temas específicos
- Oficinas de trabalho para elaboração de documentos de interesse comum
- Projetos em parceria com outras instituições financeiras

- Apoio ao desenvolvimento de ferramentas que facilitem a verificação da existência de licenças ambientais, cadastros etc. exigidos
- Banco de dados de boas práticas
- Publicação de boas práticas
- Outros _____

3. A FEBRABAN monitora a efetividade do Protocolo Verde?

- Sim
- Não

3.1. Caso afirmativo, o monitoramento contempla:

- A evolução anual do número de signatários
- Qualitativamente a evolução dos indicadores do Protocolo Verde das instituições respondentes
- A avaliação dos resultados da implementação (por parte dos signatários) dos princípios e diretrizes estabelecidos no protocolo
- A não aderência dos princípios do protocolo por parte de signatários
- Avaliação de queixas referente a não aderência dos princípios do protocolo por parte de signatários
- Outros _____

4. A FEBRABAN definiu uma estrutura de governança para acompanhamento e gestão do Protocolo Verde?

- Sim
- Não

4.1. Caso afirmativo, esta estrutura de governança prevê o estabelecimento de:

- Comitê gestor
- Comitês técnicos
- Orçamento próprio
- Outros _____

4.2 Caso afirmativo, esta estrutura de governança prevê a existência de um conselho consultivo?

- Sim
- Não

4.2.1 Se Sim, o regimento interno do conselho consultivo prevê a participação da sociedade civil como membro?

- Sim

Não

5. A FEBRABAN inclui o Protocolo Verde em seu código de auto-regulação?

Sim

Não

6. A FEBRABAN promove a revisão periódica e o aprimoramento dos princípios e diretrizes do Protocolo Verde?

Sim

Não

6.1. Caso afirmativo, indique quais partes interessadas são incluídas neste processo:

Governo

Sociedade civil

Comunidades locais

Clientes

Fornecedores

Acionistas

Público interno

Outros _____

7. A FEBRABAN presta contas dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo Verde, por meio da publicação de relatórios periódicos de acompanhamento?

Sim

Não

8. A FEBRABAN criou um mecanismo independente para receber e responder a reclamações de diferentes partes interessadas relacionadas ao Protocolo Verde?

Sim

Não

9. A FEBRABAN busca continuamente o aperfeiçoamento de/a:

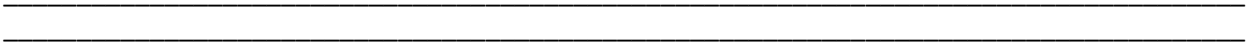
Práticas Setoriais

Regulamentação do setor financeiro

Legislação para o setor financeiro

Outras _____

Considerações e detalhamentos adicionais:





AA1000

A AA1000 é um conjunto de normas baseadas em princípios que visam ajudar as organizações a se tornarem mais transparentes, sustentáveis e responsáveis. Aplica-se a qualquer tipo de organização, desde multinacional até micro e pequena empresa, aos governos e as organizações da sociedade civil. (<http://www.accountability.org/aa1000series>)

Adicionalidades socioambientais

São ações que geram impactos positivos sobre:

Aspectos ambientais - na fonte (redução de uso e menor pressão sobre energia, água e outros materiais); no sumidouro (gestão de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos e contaminação do solo), nos processos (certificações, ecoeficiência)

Aspectos sociais - desigualdade, pobreza,, segurança e saúde, acessibilidade, consumo responsável, empreendedorismo.

Administração de Recursos de Terceiros (Asset Management)

Função desempenhada por pessoa especializada que administra as carteiras de investimentos de empresas ou pessoas físicas nos bancos e instituições de investimento. (Dicionário de administração e finanças/Paulo Sandroni, 2008).

Análise de risco de projetos

A análise de risco refere-se a análise da incerteza da previsão dos fluxos de caixa futuros, análise estatística para determinar a probabilidade de sucesso de um projeto ou o fracasso, e possíveis futuros estados econômicos. “Conjunto de técnicas e ferramentas para identificar, estimar, avaliar, monitorar e administrar os acontecimentos que colocam em risco a execução do projeto” – fonte: http://www.inf.ufsc.br/~cybis/ine5617/Analise_riscos.ppt

APP (Área de Preservação Permanente)

Área protegida definida nos termos dos Artigos 2º e 3º do Código Florestal (Lei Federal 4.771, de 15 de Setembro de 1965), coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Áreas Contaminadas

Uma área contaminada pode ser definida como uma área, local ou terreno onde há comprovadamente poluição ou contaminação causada pela introdução de quaisquer substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados de forma planejada, acidental ou até mesmo natural. Nessa área, os poluentes ou contaminantes podem concentrar-se em subsuperfície nos diferentes compartimentos do ambiente, como por exemplo no solo, nos sedimentos, nas rochas, nos materiais utilizados para aterrar os terrenos, nas águas subterrâneas ou, de uma forma geral, nas zonas não saturada e saturada, além de poderem concentrar-se nas paredes, nos pisos e nas estruturas de construções.

Os poluentes ou contaminantes podem ser transportados a partir desses meios, propagando-se por diferentes vias, como o ar, o próprio solo, as águas subterrâneas e superficiais, alterando suas características naturais de qualidade e determinando impactos negativos e/ou riscos sobre os bens a proteger, localizados na própria área ou em seus arredores.

http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/areas_contaminadas/areas.asp

Áreas Degradadas

Área que sofreu alteração negativa de natureza física química e biológica, decorrente de processos como salinização lixiviação, deposição ácida e introdução de poluentes. (Glossário de Gestão Ambiental/Maria da Graça Krieger...[et al.], 2006)

Área Embargada

Área danificada em que são proibidas judicialmente quaisquer atividades econômicas.

Biodiversidade

B

Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda, a diversidade dentro de espécies entre espécies e de ecossistemas. (Glossário de Gestão Ambiental/Maria da Graça Krieger...[et al.], 2006)

Baixa renda

São consideradas as pessoas de baixo poder aquisitivo aquelas que se enquadram no perfil D e E do “Critério de Classificação Econômica do Brasil”, desenvolvido por ABA-ABIPEME-ANEP.

Capacitar

C

Capacitar significa preparar a pessoa para enfrentar as situações inerentes à sua função, através da aplicação e conhecimentos, mas com possibilidade de criar, resolver adversidades, sugerir alternativas de progresso e criar ambiente adequado. Capacitar quer dizer fornecer autonomia, criar autoconfiança e promover progresso. Capacitar é mais do que treinar, pois isso significa desenvolver uma habilidade específica, com pouca liberdade para expressão da personalidade própria do indivíduo. A capacitação pressupõe o uso das faculdades humanas de desejo e auto-governo, sem as quais a pessoa passa a assumir comportamento autômato e não autônomo.

(Eugênio Mussak - http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=2205)

Carbon Disclosure Project (CDP)

O CDP é uma iniciativa (sem fins lucrativos) formulada por investidores institucionais e dirigida às empresas listadas no FT500, visando obter divulgação de informações sobre as políticas de mudanças climáticas, para adequação das decisões de investimento. Serve para informar os investidores acerca de riscos e oportunidades significativos apresentados pelas mudanças climáticas e informar à administração das empresas sobre as preocupações dos acionistas quanto ao impacto dessas questões sobre o valor da empresa. Mais informações em www.cdpproject.net

Certificações socioambientais

A certificação socioambiental é um instrumento econômico válido e viável para diferenciar produtos e produtores de acordo com certos valores e critérios, com vistas a superar barreiras não-tarifárias vigentes no comércio internacional de mercadorias, obtendo preços adequados junto aos consumidores mais exigentes, tanto no país como no exterior.

A certificação socioambiental surgiu com o objetivo de ser um dos mecanismo de promoção e incentivo às mudanças de qualidade na agricultura em direção à sustentabilidade. Entretanto, a certificação não deve ser encarada como uma solução, embora possa cumprir interessante papel no sentido de promover transformações em segmentos produtivos, como tem ocorrido nos setores florestal e agrícola. Esses processos de transformação devem ser acompanhados de políticas públicas, pesquisas e outros instrumentos complementares. (José Maria Gusman Ferraz ; Nilza Patrícia Ramos) - http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_4_711200516715.html

Cliente

Organização ou membro individual do público em geral que compra produtos ou serviços para fins comerciais, pessoais ou públicos. (ISO 26000)

Comércio Exterior

O comércio exterior é uma atividade econômica regulada, no plano interno, pelos estados-nacionais, e no plano internacional, por acordos comerciais, tarifários, de transporte etc. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio_exterior)

Conformidade Legal

Condição de pleno atendimento aos requisitos legais e normativos aplicáveis à organização, seu processos, produtos e serviços. Inclui a existência e validade de licenças e autorizações necessárias, assim como o cumprimento das exigências técnicas nelas estabelecidas.

Consumidor

Membro individual do público em geral que compra ou usa produtos ou serviços para fins pessoais. (ISO 26000)

Consumo consciente do crédito

Prática bancária de orientar o cliente sobre as melhores maneiras de usar o empréstimo concedido.

Condições financeiras diferenciadas

Entende-se por condições diferenciadas de financiamento vantagens nas taxas de juros, prazos, garantias, entre outras características em projetos que apresentam adicionalidades socioambientais oferecidos pela instituição financeira.

Corrupção

O Princípio 10 do Pacto Global (www.unglobalcompact.org/) propõe que “as companhias devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno”. Refere-se ao tema a Convenção das Nações Unidas Contra Corrupção (Medina, México 24 de junho de 2004). São consideradas formas de corrupção a corrupção passiva, concussão, improbidade administrativa, fraude

em concorrência pública e relações concorrenciais, crimes contra a ordem econômica e tributária, entre outros.

Crime ambiental (ou crime contra o meio ambiente)

Crimes que atingem a fauna, a flora, o ordenamento urbano, o patrimônio cultural e/ou a administração ambiental, além dos que, entre outros, provocam poluição, impedem o uso público de praia, utilizam, transportam ou abandonam produtos e/ou substâncias tóxicas em desacordo com leis e regulamentos específicos. (cf LgBR LEI 9605 de 12/02/98) - (Glossário de Gestão Ambiental/Maria da Graça Krieger...[et al.], 2006)

Direitos humanos

D

Os direitos humanos são os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Normalmente o conceito de direitos humanos tem a ideia também de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei.

(http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos)

Direitos coletivos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais

Os direitos coletivos estão relacionados com o âmbito material e cultural, nos quais se geram os conhecimentos e, dos quais dependem, por exemplo, os territórios e os recursos; ou as dinâmicas sociais, políticas e espirituais de onde estes povos se desenvolvem. (Camila Pessoa Lopes - A propriedade intelectual nas comunidades tradicionais e indígenas).

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto nº 6.040/2007)

Ecoeficiência

E

A ecoeficiência é alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduz progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra. Este conceito sugere uma significativa ligação entre eficiência dos recursos (que leva à produtividade e lucratividade) e responsabilidade ambiental. Portanto, eco-eficiência é o uso mais eficiente de materiais e energia, a fim de reduzir os custos econômicos e os impactos ambientais. Também se pode dizer que eco-eficiência é saber combinar desempenho econômico e ambiental, reduzindo impactos ambientais; usando mais racionalmente matérias-primas e energia; reduzindo os riscos de acidentes e melhorando a relação da organização com as partes interessadas. Fonte: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) www.cebds.org.

Empreendedorismo

Significa fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. O empreendedorismo pode

ser relacionado à criação de novas empresas, ou à busca por alternativas inovadoras em empresas já estabelecidas, sendo este último chamado de Empreendedorismo Corporativo. (Dornelas, 2003).

Engajamento (com partes interessadas)

Engajamento é aqui entendido como um processo sistemático, estabelecido pela companhia, de identificação e de diálogo com os grupos ou indivíduos cujos legítimos interesses são afetados pelas decisões e atividades da companhia, passando a considerá-los nos seus processos decisórios. Implica em incluir tais interesses e pontos de vista no processo de gestão, sendo um fator de respeito à sociedade abrangente e trazendo uma série de oportunidades, que vão desde a redução de riscos e negociação de conflitos até a construção de soluções que beneficiem todos os envolvidos. (fontes: ISO 26000 e SAI)

F Fornecedores

“Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.” – Fonte: Código de Defesa do Consumidor.

Fotovoltaico

É a energia obtida através da conversão direta da luz do sol em eletricidade.

Fusões e Aquisições (M&A)

Fusões e aquisições ocorrem quando os ativos e atividades de duas corporações independentemente controladas combinam-se sob o controle de uma única. Uma fusão é negociada diretamente entre as administrações da adquirente e da empresa-alvo, sendo aprovada pelos respectivos conselhos de administração antes de os acionistas de ambas as empresas votarem sobre o assunto. Se uma adquirente antecipa que a administração da empresa-alvo não irá recomendar a fusão a seu conselho, ela pode fazer uma oferta pública aos acionistas desta, procurando adquirir todas ou parte de suas ações; está lançado um processo de aquisição hostil que, se a oferta de compra de ações for aceita, resulta naquilo que a literatura denomina de aquisição. Esse termo, contudo, também é utilizado mesmo quando o processo não é hostil – por exemplo, quando uma companhia adquire uma empresa fechada, com a concordância dos antigos proprietários. (Dicionário enciclopédico de finanças/Dean Paxson, Douglas Wood (organizadores); tradução José Evaristo dos Santos, 2001).

G Gases de Efeito Estufa (GEE)

Constituintes gasosos da atmosfera, naturais e antrópicos, que absorvem e emitem radiação infravermelha. A emissão desses gases foi regulamentada pelo Protocolo de Quioto, tratado internacional complementar à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Gestão dos recursos hídricos

Garantir água de boa qualidade e em quantidade suficiente à atual e às gerações futuras, e assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos.

Governança Corporativa

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

Fonte: <http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>

Investimento privado (Private Equity)

É o termo relacionado ao tipo de capital empregado nos fundos de Private Equity, que em sua maioria são constituídos em acordos contratuais privados entre investidores e gestores, não sendo oferecidos abertamente no mercado e sim através de colocação privada; além disso, empresas tipicamente receptoras desse tipo de investimento ainda não estão no estágio de acesso ao mercado público de capitais, ou seja, não são de capital aberto, tendo composição acionária normalmente em estrutura fechada.

(http://www.acionista.com.br/mercado/venture_capital.htm)

ISO 9000

ISO 9000 designa um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações em geral, qualquer que seja o seu tipo ou dimensão.

ISO 14000

ISO 14000 é uma série de normas desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO) e que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas.

LEED

Leed (Leadership in Energy and Environmental Design) é uma certificação para edifícios sustentáveis, concebida e concedida pela ONG americana U.S. Green Building Council (USGBC), de acordo com os critérios de racionalização de recursos (energia, água etc.) atendidos por um edifício.

Legislação vigente

É o complexo de leis em vigor em um país em determinada época.
(<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/292678/legislacao-vigente>)

Licenças Ambientais

Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o Poder Público, via órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem cumpridas pelo empreendedor para a implantação de empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos naturais, efetiva ou potencialmente poluidoras. A Licença Prévia (LP) é a licença concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, e atestando sua viabilidade ambiental. A Licença de Instalação (LI) é a licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade. Por fim, a Licença de Operação (LO) autoriza a operação do

empreendimento ou atividade, cumpridas as restrições e condicionantes das licenças anteriores e resguardadas as medidas de controle ambiental do projeto.

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=46&idConteudo=2126>

M

Magnitude de seus impactos

É a grandeza de um impacto em termos absolutos, podendo ser definida como as medidas de alteração nos valores de um fator ou parâmetro ambiental, ao longo do tempo, em termos quantitativos ou qualitativos. "É definida como o grau ou extensão da escala de um impacto" (Fisher & Davies, 1973). "É definida como a provável grandeza de cada impacto potencial" (Environmental Protection Service, 1978). (REDE AMBIENTE)

Medidas mitigadoras e compensatórias

Medidas mitigadoras são aquelas destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude. E medidas compensatórias são tomadas pelos responsáveis pela execução de um projeto, destinadas a compensar impactos ambientais negativos, notadamente alguns custos sociais que não podem ser evitados ou uso de recursos ambientais não renováveis. (REDE AMBIENTE)

Mercado de capitais

Toda a rede de Bolsas de Valores e instituições financeiras (bancos, companhias de investimento e de seguros) que operam com compra e venda de papéis (ações, títulos de dívida em geral) a longo prazo. Tem função de canalizar as poupanças da sociedade para o comércio, a indústria e outras atividades econômicas e para o próprio governo. Distingue-se do mercado monetário, que movimenta recursos a curto prazo, embora ambos tenham muitas instituições em comum. (Dicionário de administração e finanças/Paulo Sandroni, 2008).

Microcrédito produtivo orientado

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado ainda que:

- (i) o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
- (ii) o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de crédito, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- (iii) o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este.

Fonte: www.mte.gov.br/pnmpo

Monitoramento

Refere-se ao acompanhamento periódico e contínuo de indicadores específicos dos projetos ou empresas, de forma a verificar o progresso de suas atividades, a fim de aprimorar o desempenho de seus indicadores.

Mudanças Climáticas

Varição do clima causada pelo aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera a partir da Revolução Industrial. Essas emissões são associadas ao crescimento econômico e demográfico da humanidade.

OHSAS

OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) consiste em um sistema de gestão com o foco voltado para a saúde e segurança ocupacional.

Ombudsman

Sinônimo de ouvidor. É o representante do cliente e busca alcançar seus interesses junto à instituição.

Ouvidoria

É uma das maneiras de relacionamento institucional com o cliente. Cumprir à Ouvidoria acolher as reclamações formuladas pelos clientes sobre os serviços prestados pela instituição e que não foram solucionadas pelos outros canais de atendimento, dando tratamento a elas.

Pacto Global

Em seu discurso no Fórum Econômico Mundial, de 31 de Janeiro de 1999, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, desafiou os líderes empresariais a se unirem em um esforço internacional - o Pacto Global - para integrar companhias, agências da ONU, organizações da sociedade civil, em apoio à implementação de princípios de direitos humanos, trabalhistas, meio ambiente e anticorrupção. Pelo poder de ação coletiva, o Pacto Global, pretende promover a “cidadania empresarial” para que as companhias se engajem na promoção da solução dos desafios advindos com a globalização e uma economia global mais sustentável e inclusiva. Hoje, centenas de companhias de todo o mundo se integraram à iniciativa do Pacto Global, liderada pelo Secretário Geral da ONU.

Mais informações em www.unglobalcompact.org e www.pactoglobal.org.br

Partes Interessadas

Ou stakeholders, são públicos relevantes com interesses pertinentes à companhia, ou ainda, indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto, em face da sociedade. Entre outros, destacam-se: acionistas, funcionários, comunidade, clientes, fornecedores, credores, governos e organizações não-governamentais. Também conhecido como Públicos Estratégicos.

Pequenos Empreendedores

Entende-se como pequenos empreendedores proprietários de microempresas ou empresas de pequeno porte. Consideram-se Microempresas ou empresas de pequeno porte uma sociedade empresária, a

sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)

Pesquisa de Empresas (Equity Research)

Área de uma instituição financeira que é voltada para análise fundamentalista de ações para gestão de fundos.

Plano de Ação

“Documento que contempla uma descrição e priorização das ações necessárias para a implantação de medidas mitigatórias, corretivas e de monitoramento necessárias para gerir os impactos e deficiências identificadas no projeto, podendo variar de uma descrição resumida das medidas rotineiras de mitigação a uma série de documentos específicos”.

Política

Documento que expressa intenções e diretrizes gerais relativas aos aspectos da gestão de uma organização. É uma política ampla que se aplica a toda a estrutura organizacional.

Política corporativa

Documento formalmente aprovado pelo Conselho de Administração ou pela alta direção da empresa, que expressa intenções e diretrizes gerais relativas aos aspectos da gestão de uma organização. É uma política ampla que se aplica a toda a estrutura organizacional.

Política Socioambiental de Avaliação de Crédito

Políticas específicas que contenham critérios socioambientais para a avaliação e monitoramento de crédito e risco dos clientes e operações financeiras da Instituição.

Potencialmente causadora de significativo Impacto Ambiental

O potencial significativo impacto Ambiental de uma obra ou ação humana depende de duas ordens de fatores: Sobrecarga que o projeto impõe sobre o meio ambiente e vulnerabilidade do meio em que esse projeto é implementado (Sánchez,2008).

Princípios do Equador

Conjunto de princípios desenvolvidos e adotados voluntariamente por algumas instituições financeiras internacionais - e brasileiras - na área de “project finance”, visando compatibilizar investimentos e operações financeiras com a sustentabilidade socioambiental. Incluem: exigência de elaboração de estudos ambientais e sociais; elaboração de planos de gestão ambiental; divulgação de informações relevantes e consulta pública em prazos adequados, envolvendo todos os atores pertinentes, de forma culturalmente apropriada; acompanhamento e monitoramento de projetos; capacitação de staff em matérias socioambientais. Mais informações em www.equator-principles.com/principles.shtml

Principles for Responsible Investment - PRI

Lançados em abril de 2006, esses princípios demandam a incorporação de questões ambientais, sociais e de governança nas análises de investimento e processos de tomada de decisão. Fonte e mais informações: www.unpri.org.

Private Bank

Estratégia comercial bancária por segmentação de clientes em função de volumes disponíveis para aplicações financeiras (BOVESPA)

Procedimentos formais

São instrumentos formalizados que detalham no plano operacional a maneira de implementar controles, normas, metas, políticas, entre outros.

Project Finance

Estrutura de financiamento baseada na atratividade de um projeto específico e não na análise de crédito de uma corporação em seu todo, o que significa que quando os credores decidem financiar um project finance, eles se baseiam na capacidade do projeto gerar recursos que garantam o pagamento e remuneração de seu capital, independentemente dos outros fluxos oriundos das empresas empreendedoras do projeto. Para tanto, cria-se a figura de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), capaz de representar o projeto como entidade. Fonte: www.anp.gov.br

Qualidade de Vida

Q

Qualidade de Vida se constitui no equilíbrio do ser humano em suas dimensões, física, psíquica, social e espiritual, que se reflete diretamente na auto-realização e no relacionamento prazeroso consigo mesmo, com o outro e com a totalidade. (Associação Brasileira de Qualidade de Vida - ABQV - http://www.abqv.org.br/folder_abqv.pdf)

R

Redes Sociais

Uma rede social é uma estrutura social composta por pessoas (ou organizações, territórios, etc.) - designadas como “nós” – que estão conectadas por um ou vários tipos de relações (amizade, familiares, comerciais, etc.), ou que partilham crenças, conhecimento ou prestígio. A “Análise de Redes Sociais” consiste no estudo das relações sociais com base na Teoria de Redes (network theory). Os “nós”, atores individuais que formam a rede, e os laços, as relações que unem os atores, são as duas noções fundamentais da Teoria de Redes. Pesquisas em vários campos do conhecimento têm mostrado que as redes sociais operam em níveis muito diferentes, desde as estruturas familiares até ao nível dos países (conhecidas, estas últimas, como rede política), e permitem analisar a forma como as organizações desenvolvem a sua atividade, como os indivíduos alcançam os seus objetivos ou medir o capital social – o valor que os indivíduos obtêm da rede social. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_social

Relatório Anual

O relatório anual é a mais importante e mais abrangente informação da sociedade e, por isso mesmo, não deve se limitar às informações exigidas por lei. Envolve todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressaltados os assuntos de justificada confidencialidade, e destina-se a um público diversificado. Fonte: Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, IBGC.

Relatório de Sustentabilidade

Termo genérico adotado neste questionário para designar diferentes tipos de relatórios que se destinam à publicação do desempenho de uma organização considerando os aspectos econômico, ambiental e social. Relatórios dessa natureza são também freqüentemente chamados de Relatório Social, Relatório Socioambiental e Balanço Social, entre outras denominações. Fonte: <http://www.globalreporting.org/Home/FAQsPortuguese.htm>

Reserva Legal

Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, a qual a legislação brasileira (Lei 4.771/65 - Código Florestal) determina que haja o necessário uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade e o abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Definição legal dada pelo Código Florestal, entendida como a área de no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, que deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada, a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. (redação incluída no Código Florestal pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989).

Resíduos Perigosos

De acordo com a NBR10004: Resíduos perigosos são os Resíduos de Classe I. As principais características deles são: Difícil manejo; Apresentam risco à saúde pública ou ao meio ambiente, apresentando uma ou mais das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade. Para mais informações acesse a norma (<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>)

Resíduos Sólidos

Para responder às questões relacionadas a resíduos sólidos deverão ser consideradas as definições, os critérios e métodos de classificação de resíduos previstos na norma NBR 10004:2004, publicada em 31/05/2004 e válida a partir de 30/11/2004.

SA 8000

SA SA 8000 é uma norma internacional de avaliação da responsabilidade social para empresas fornecedoras e vendedoras, baseada em convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em outras convenções das Nações Unidas (ONU). Entre as áreas cobertas pela SA 8000 estão: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito a acordos coletivos, discriminação, práticas disciplinares, horas de trabalho, compensação e sistemas de gestão.

SAC

É uma das maneiras de relacionamento institucional com o cliente. Cumpre ao SAC acolher as demandas formuladas pelos clientes – informações, reclamações e solicitações de cancelamento de serviços sobre os serviços prestados pela instituição – e dar tratamento a elas.

Segurança hídrica

Quantidade de água necessária para o atendimento das necessidades de uma determinada sociedade (CARMO et al, sem data).

Seguro ambiental

Seguro ambiental é aquela apólice de seguro que atende as obrigações reparatórias e indenizatórias por parte do agente poluidor, e ao mesmo tempo possibilita, com as devidas correções, a continuidade da atividade empresarial (DURAÇO, sem data).

Seguro

Contrato entre uma empresa ou pessoa física (segurado) e uma empresa seguradora mediante o qual esta se obriga a pagar aos primeiros uma determinada quantia para compensar perdas e danos decorrentes de acidentes como incêndios, inundações, desastres, furtos etc. Em contrapartida, o segurado fica obrigado a pagar mensalmente ou de uma só vez certa quantia à firma seguradora. Dessa forma, a seguradora poderá cobrir os gastos feitos com os segurados vítimas de acidentes, e ainda obter um lucro com sua atividade. (Dicionário de administração e finanças/Paulo Sandroni, 2008).

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Título executivo extrajudicial previsto na Lei da Ação Civil Pública (Lei No. 7.347, de 24 de julho de 1985). Segundo definição da Lei da Ação Civil Pública, os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados um compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações com a eficácia de título executivo extrajudicial (Parágrafo incluído pela Lei No. 8.078, de 11.9.1990).

Trabalho Forçado ou Compulsório

As Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referem-se ao tema trabalho forçado ou obrigatório. A Convenção 29 (Trabalho Forçado -1930) dispõe sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas. Admitem-se algumas exceções, tais como o serviço militar, o trabalho penitenciário adequadamente supervisionado e o trabalho obrigatório em situações de emergência, como guerras, incêndios, terremotos, etc. A Convenção 105 (Abolição do Trabalho Forçado - 1957) proíbe o uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório nas formas de:

- Meio de coerção ou de educação política;
- Castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas;
- Mobilização de mão de obra;
- Medida disciplinar no trabalho;

- Punição por participação em greves ou medida de discriminação.

Trabalho Infantil

Várias convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) obrigam os países signatários a promoverem a abolição do trabalho infantil. Em particular, a Convenção Nº 138 (C138 de 1973), sobre a Idade Mínima, objetiva a abolição do trabalho infantil ao estipular que a idade mínima de admissão ao emprego não deverá ser inferior à idade de conclusão do ensino obrigatório. A Convenção Nº 182 (C182 de 1999), por sua vez, trata das

Transparência

Mais do que a obrigação de informar é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor (Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa IBGC)

U **Uso sustentável**

Exploração do meio ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. (cf LgBR LEI 9985 de 18/07/00) - (Glossário de Gestão Ambiental/Maria da Graça Krieger...[et al.], 2006)

V **Valorização da Diversidade**

Políticas e ações que visam promover a inclusão nos quadros da companhia de pessoas pertencentes a grupos da sociedade mais sujeitos a discriminação ou com presença desproporcional nos mesmos. A valorização da diversidade deve focar, por exemplo, aspectos como raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, (reconhecidos como fonte de discriminação na convenção 111 da OIT). Outros aspectos a partir dos quais se verifica freqüentemente a ocorrência de discriminação e conseqüente necessidade de valorização da diversidade são a orientação sexual, aparência, idade, origem regional, deficiências físicas e necessidades especiais.

Z **Zoneamento Ecológico- Econômico**

O ZEE é um instrumento para planejar e organizar território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (Art 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981).